

Art. 5º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à contar de 02 de maio de 2018, ratificando os atos já praticados e revogando as disposições em contrário.

Art. 7º - Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência

PORTARIA Nº. 011/2018

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA, respondendo pelo cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial, para atender ao disposto nos artigos 2º, inciso XI, e 35, alínea h, da Lei 13.019/2014, RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização para as parcerias realizadas com as organizações da sociedade civil celebradas com o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FUMIA.

I - Comissão de Monitoramento, Avaliação e Fiscalização:

Membros:

Maria Bethania Raulino Marques Gomes – Matrícula 16031 – Sandra Pinto de Azeredo Ferreira, Matrícula: 14.962; Maria Domingas Vasconcelos Pucu – Matrícula 120.277; Cristiane Campos de Souza – Matrícula: 22.257 Dinamarci Monteiro do Nascimento – Matrícula 13.789 e Marilene F. Claro – Matrícula 118.508.

Art. 2º - Compete à comissão, monitorar, avaliar, fiscalizar, apoiar e acompanhar a execução das parcerias celebradas por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, a fim de aprimorar os procedimentos, unificar os entendimentos, solucionar controvérsias, padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar os relatórios técnicos de monitoramento.

§1º Para fins de monitoramento, avaliação e fiscalização do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita in loco, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;

§2º O monitoramento, a avaliação e a fiscalização do cumprimento do objeto levará em consideração os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

Art. 3º - A comissão deverá ser composta por, pelo menos, 01 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal do órgão ou entidade pública, devendo ser priorizada a participação de profissionais das áreas administrativas e finalísticas relacionadas ao objeto da parceria.

Art. 4º - Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Parágrafo único. Configurado o impedimento previsto no caput, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído. Os fiscais deverão acompanhar, fiscalizar e atestar a efetiva execução do objeto conveniado ou contratado em relatório padronizado que instituirá o processo de Prestação de Contas, bem como relatar eventuais ocorrências relacionadas à eventual inexecução total ou parcial do objeto estabelecido no plano de trabalho.

Art. 5º - A comissão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Fomento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e fará relatórios mensais que serão enviados a Coordenação de Contratos e Convênios até o dia 10 subsequente de cada mês.

Art. 6º - As decisões, providências que ultrapassarem a competência da Comissão deverão ser solicitadas a seus

superiores em tempo hábil a adoção das medidas convenientes.

Art. 7º - O modelo do relatório padronizado será disponibilizado pela Coordenação de Contratos e Convênios.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à contar de 02 de maio de 2018, ratificados os atos já praticados e revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º - Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência

PORTARIA Nº. 012/2018

Dispõe sobre a designação de fiscais no âmbito da Proteção Especial de Assistência Social.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência, Marta Maria Figueiredo dos Santos Souza, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Mariângela Dias V. de Oliveira – Matrícula 12.390, Danusa T. Borges de Faria – Matrícula 117.414, Cleber da Silva Araújo - Matrícula 118.436, Cosme Luiz Leite de Oliveira - Matrícula 118.469, conforme Art. 58 da lei 8.666/93 para atuarem como fiscais no âmbito da Proteção Especial de Assistência Social, no Contrato de Locação abaixo determinado, celebrado no Município de São Gonçalo no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social.

PROCESSO	VIGÊNCIA	FAVORECIDO	OBJETO
42.527/2017	01/12/17 à 30/11/2019	PAULO CEZAR DA SILVA E VILMA VIEIRA DA SILVA	RESIDENCIA INCLUSIVA

Art. 2º - Os fiscais deverão atestar todas as despesas relacionadas no âmbito da Proteção Especial de Assistência Social, incluindo os prestadores de serviços Pessoa Física e Jurídica e as concessionárias de água, luz e telefone.

Art. 3º - Os fiscais deverão acompanhar, fiscalizar e atestar a efetiva execução do objeto contratado relatando eventuais ocorrências referente a inexecução total ou parcial do objeto estabelecido no contrato.

Art. 4º - As divergências na execução do contrato deverão ser anotadas em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 5º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Art. 7º - Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência

Tornar sem efeito a Portaria nº 04/2018 publicada no Diário Oficial Eletrônico do dia 02/05/2018.

São Gonçalo, 16 de maio de 2018.

MARTA MARIA FIGUEIREDO DOS SANTOS SOUZA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência

SEMT/CUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Exclusivo para MEI/ME/EPP e Equiparadas PMSG Nº. 018/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7400/2018

Homologo o resultado da licitação, referente ao Pregão Eletrônico Exclusivo para MEI/ME/EPP e Equiparadas PMSG nº. 018/2018, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A CONFECÇÃO DO TAPETE DE SAL EM COMEMORAÇÃO AO "CORPUS CHRISTI" NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, DIA 31 DE MAIO DE 2018, em favor da empresa INVICTTA DIST. DE PRODUTOS E SERV. LTDA ME, no valor de R\$ 57.391,74 (Cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos), para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Gonçalo, 21 de maio de 2018.

CARLOS NEY PINHO RIBEIRO

Secretario Municipal de Cultura e Turismo